

AS POLÍTICAS DE CULTURA EM CIDADES MÉDIAS: OBSERVANDO A REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ –PR – BR

Laura Chaves de Souza Peluso¹
Simone Pereira da Costa Dourado²

RESUMO: O objetivo dessa comunicação é descrever e analisar o processo de constituição das cidades médias e a relação desses espaços com a formação de uma estrutura organizacional que pode viabilizar a implantação de políticas públicas para área da cultura. Nossa referência empírica é a Região Metropolitana de Maringá, hoje composta por 25 municípios que totalizam uma área territorial de 5.227 km² com uma população de 690.324 habitantes (IBGE, 2010).

PALAVRAS-CHAVE: Cidades médias. Política Pública de Cultura. Universidade Estadual de Maringá. Região Metropolitana de Maringá.

A formação das cidades médias brasileiras

Na década de 70, alguns setores do Estado brasileiro formularam estratégias de desenvolvimento nacional que consideravam o papel a ser desempenhado pelas cidades médias. Criado em 1976, por meio de financiamentos para ampliação da infra-estrutura social e produtiva, o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio visava fortalecer os municípios que apresentassem esse perfil. Subjacente a esse interesse do executivo federal pelas cidades médias estava a idéia de que elas poderiam funcionar como *diques* que conteriam os fluxos migratórios que se dirigiam às metrópoles.

Alguns analistas destacam que, no Brasil, o processo de desenvolvimento econômico caminhou para uma concentração até o início da década de 1970, principalmente na área metropolitana de São Paulo. Contudo, identificam uma segunda etapa de reconcentração da produção industrial, quando da afirmação de um polígono geográfico delimitado por Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina/Maringá, Porto Alegre, Florianópolis e São José dos Campos. Diniz (1993) observa que esse quadro revela um novo arranjo produtivo, no qual as

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual de Maringá e Escola de Governo do Estado do Paraná, servidora Técnica em Assuntos Culturais, Universidade Estadual de Maringá, e-mail: lpeluso@ibest.com.br

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Adjunta na Universidade Estadual de Maringá e orientadora da mestranda Laura Chaves de Souza Peluso pelo programa de pós-graduação em Políticas Públicas (mestrado profissional), e-mail: simone@wnet.com.br.

idades médias, especialmente as do Sul e do Sudeste, se tornaram localidades potenciais para absorção de novos empreendimentos.

No Paraná, cidades como Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa foram tomadas como uma alternativa espacial para o crescimento da capital, Curitiba, que vinha recebendo imigrantes de várias regiões do Estado e também de outros lugares, principalmente da própria região sul do país.

Na década de 70 existiam nove regiões metropolitanas, sendo elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Curitiba, Fortaleza, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. Criadas por iniciativa federal, durante o regime militar, elas tinham a função de ser o eixo da geopolítica de integração e modernização do território nacional porque representavam a base industrial de uma sociedade que se tornava cada vez mais urbana. Faziam parte do projeto de desenvolvimento que pretendia amenizar os efeitos negativos das desigualdades regionais. Desde então, dezessete novas regiões foram criadas, não mais pela ação do governo federal, mas por iniciativa dos estados, que com a promulgação da Constituição Federal de 1988 passaram a ter essa prerrogativa. Na região sul do país, as mais recentes são: Maringá, Londrina, Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte de Santa Catarina.

Konin e Moura (2002) ponderam que a criação dessas novas regiões metropolitanas vem ocorrendo sem o devido desenvolvimento de uma cultura regional e sem que as desigualdades econômicas e de infra-estrutura dos municípios que as compõem sejam consideradas. A constituição dessas áreas também não tem sido o suficiente para despertar as responsabilidades dos municípios pólos na implantação de políticas compensatórias para as cidades que por ficarem no seu entorno acabam arcando com o ônus de sua pujança econômica. Em relação à região metropolitana de Maringá, esse comportamento é claramente observável: os outros municípios que ela agrega têm perfis populacionais e vocações econômicas bem distintas. Pelo menos dois deles, Sarandi e Paiçandu, servem como receptores da população mais carente que não consegue se instalar em Maringá ou é forçada a deixar a cidade e fixar residência nesses lugares onde o valor dos aluguéis, dos terrenos urbanos e dos imóveis é mais baixo. Sarandi, por exemplo, vive uma situação bem delicada: é um dos que mais cresce no Paraná, cerca de 5% ao ano; no entanto, tem uma arrecadação anual baixíssima, e, também, um dos menores índices de repasse de ICMS. Maringá e Sarandi protagonizam, ainda, uma situação bastante peculiar em relação à dinâmica nacional: a

primeira, uma cidade de médio porte e com apenas 65 anos, satelitizou a segunda, com 84.651 habitantes e de apenas 28 anos³.

Várias cidades médias se tornaram, portanto, cidades pólos dessas novas regiões metropolitanas. Sobre o interesse do estado nacional na consolidação dessas cidades como novos centros integrados à economia nacional observem-se o que dizem Andrade e Serra (2001):

Era plural o interesse por essa alternativa espacial de crescimento, valorizando as cidades médias: vislumbrava-se a minimização da pobreza urbana; a garantia da capacidade gerencial e financeira do estado em prover equipamentos e serviços urbanos; evitar a queda da produtividade das atividades econômicas; a preservação do meio ambiente; o avanço do projeto de integração do território nacional; a ocupação das fronteiras nacionais. O foco nas cidades médias, e não nos pequenos centros urbanos, justificava-se pela preocupação em atingir o menos possível o processo de crescimento econômico no país, ou seja, evitar uma pulverização espacial excessiva de capitais públicos e privados. Portanto, para que um determinado centro urbano se apresentasse como alternativa locacional às metrópoles, era preciso, além de certo nível de complexidade da divisão do trabalho, uma oferta suficiente de infra-estrutura produtiva (Andrade e Serra: 2001, p.7).

Simultaneamente, esses autores destacam que as cidades médias foram pensadas por planejadores urbanos e regionais e por técnicos que trabalhavam nos aparelhos do Estado como uma alternativa para o ordenamento urbano das metrópoles brasileiras. Um ordenamento que estava sendo ameaçado, segundo a visão governamental, principalmente, pelos fluxos de migrantes que deixavam as regiões mais pobres do país. O debate sobre a criação dessas cidades médias teria, portanto, obscurecido o problema da concentração fundiária no Brasil. Assim, os migrantes vindos de regiões pobres, freqüentemente dominadas pelo latifúndio improdutivo ou pela grande propriedade para as grandes metrópoles eram tratados como um "problema social". Ou seja, na percepção do Estado e de alguns dos seus tecnocratas, a promoção das cidades de porte médio poderia ajudar a resolver a falta de projetos de reforma agrária no país.

Entretanto, a preocupação do executivo federal com o tema das cidades médias teria se enfraquecido na década de 80 e início dos anos 90, voltando a ser objeto de atenção governamental apenas nos últimos anos da década de 90. Andrade e Serra (2001, p.7) argumentam que a retomada do interesse pelas cidades médias está relacionada ao processo de reconcentração espacial das atividades econômicas e da população. Volta-se a pensar que,

³ Para uma discussão mais detalhada do processo de constituição das regiões metropolitanas no Brasil ver Andrade e Serra (2001). Para uma abordagem específica da região metropolitana de Maringá, ver Rodrigues e Tonella (2003).

talvez, as cidades médias pudessem ter um papel estratégico nos necessários processos de desconcentração populacional e econômica do país. Contudo, o problema da concentração fundiária continuaria em suspenso e, conseqüentemente, a solução para os conflitos e disputas pela posse de terras também.

É importante lembrar que ainda não há um consenso entre as definições acadêmicas sobre o que é cidade média, recebendo elas classificações diferentes por parte de economistas, geógrafos, demógrafos, sociólogos, antropólogos e outros profissionais. Da mesma forma, elas são interpretadas de maneira distinta pelos diversos grupos sociais que nelas convivem ou que com elas se relacionam ou, ainda, que as observam de longe.

As indicações de que Maringá cumpriria o caminho que conjuga crescimento populacional e intenso ritmo de urbanização foram dadas ainda nos anos 50, como mostra France Luz (1997): em 1950, apenas 18,8% da população de Maringá residia na área urbana do município e 81,2% na área rural. Em 1960, o quadro era bastante diferente: 45,7% viviam na área urbana e 54,3% na área rural. Ou seja, observa-se que o aumento ocorrido na população urbana, em dez anos, foi três vezes maior que na rural. Dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) previam que, para 1995, apenas 2,17% da população estaria na área rural e, os outros 97,83%, na área urbana. O censo 2000 apresenta a seguinte distribuição: 283.792 habitantes, ou seja, 98,31% da população de Maringá residem na área urbana e apenas 4.673, menos de 2%, na área rural.

Maringá estava integrada ao projeto, promovido pelo executivo federal, de ocupação capitalista de áreas consideradas de fronteira agrícola. Aqui os executivos, federal e estadual se associaram a uma companhia de terras inglesa que auxiliaria na incorporação daquelas "novas" áreas do território à dinâmica produtiva.

A idéia do sertão que recua para dar lugar às fazendas e vilas que rapidamente se tornariam cidades explicita, como afirma Mota (1994), o vigor da idéia de que essa região era um imenso vazio que, aos poucos, foi sendo preenchido. Assim como é evidente o papel desempenhado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (mais tarde Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), na divisão, loteamento, colonização das terras roxas e fundação das cidades.

Logo, os espaços vazios, os sertões ocupados pela ação "intrépida" e "valente" dos pioneiros dispostos a criar aqui uma "civilização" organizada em torno da cultura do café são algumas das imagens mais fortes da história que culminou na constituição de cidades como

Maringá⁴. A história que se conta sobre a ocupação dessa região é, então, aquela do território vazio que foi se transformando pela ação de pessoas imbuídas da vontade de vencer pelo trabalho e de construir aqui núcleos urbanos bem organizados, articulados à economia do café, sendo que tudo deveria ser gerenciado pelo Estado em parceria com uma companhia de terras inglesa.

No caso da região denominada norte novo do Paraná⁵ o mito da região desocupada, porém de terras muito férteis e prontas para compor o quadro das regiões produtivas do país, estava em desacordo com a realidade e serve para mostrar como, diante de uma obviedade, cria-se um discurso forte o suficiente para negá-la. A produção historiográfica e sociológica mais recente tem argumentado que, diante da presença de tribos indígenas inteiras, elaborou-se uma justificativa para a ocupação das suas terras que negava a sua existência⁶.

Ao tornar a imagem de pioneiros construindo uma região a mais forte e com maior poder explicativo do que teria sido o processo de constituição dessas cidades do norte do Paraná, esqueceu-se, por exemplo, a dimensão da cultura cabocla e caipira que havia se consolidado por aqui. Ao resgatar aspectos da cultura dos pioneiros, o que prepondera é a postura valente e destemida que é lida sob a ótica da visão empreendedora. Os elementos da sociabilidade de grupos que se organizaram em torno da cultura do café são secundarizados ou até mesmo apagados. No entanto, eles permaneceram difusos na constituição de cidades como Maringá.

Coleta de dados na Região Metropolitana de Maringá

A Região Metropolitana de Maringá (RMM), hoje composta por 25 municípios que totalizam uma área territorial de 5.227 km² com uma população de 690.324 habitantes (IBGE, 2010), foi criada em 1998, pela Lei Estadual n.º 83/98, inicialmente com oito municípios (Maringá, Sarandi, Paiçandu, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Iguaraçu e Ângulo). No ano de 2002, através de Lei Complementar de n.º 13/565-2002, o município de Floresta passou a compor a RMM, e três anos mais tarde mais uma vez a RMM foi ampliada por meio do Projeto de Lei Complementar n.º 110/2005, passando a incluir os municípios de Doutor Camargo, Ivatuba, Astorga e Itambé. No ano de 2010 a Lei Complementar N.º 127/2010, de

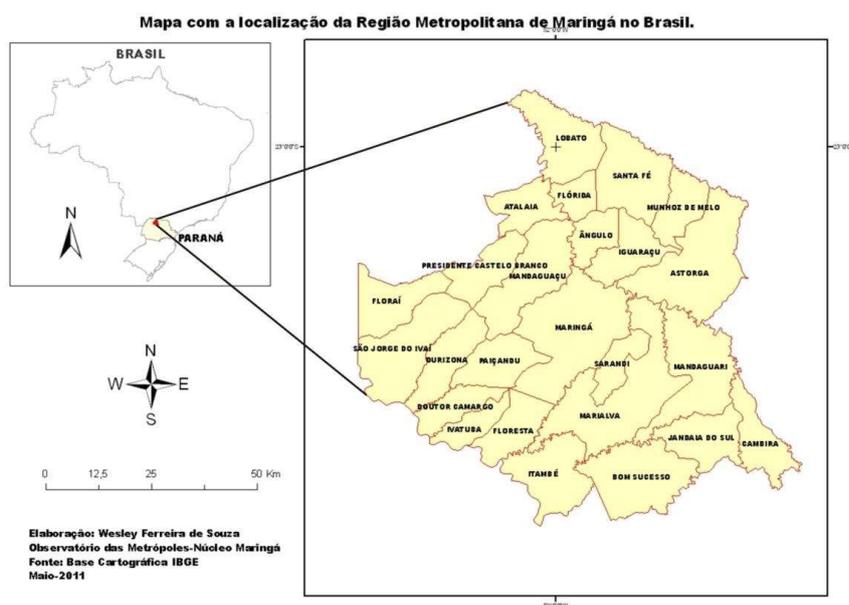
⁴ O argumento que o cultivo do café possibilitou a ocupação, urbanização e a industrialização de várias regiões do Brasil, particularmente, do estado de São Paulo e seus "prolongamentos" é desenvolvido, entre outros, por José de Souza Martins. Ver especialmente Martins (1990).

⁵ Para uma discussão aprofundada da carga ideológica presente na caracterização dos chamados três nortes (Velho ou Pioneiro, Novo e Novíssimo), ver Tomazi (1995).

⁶ Em relação à questão indígena ver, particularmente, Mota (1994) e Mota e Noeli (1999).

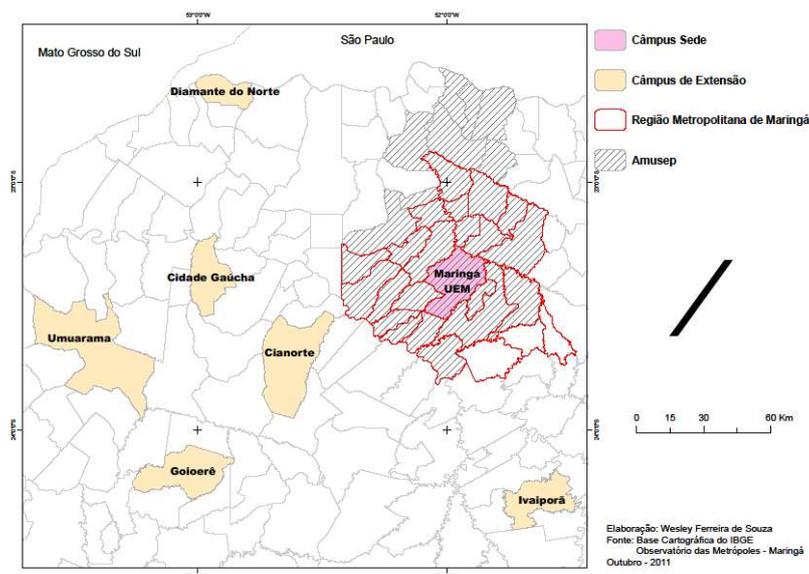
17 de fevereiro de 2010, acrescentou à RMM mais doze municípios: Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Floraí, Flórida, Jandaia do Sul, Lobato, Munhoz de Mello, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, São Jorge do Ivaí.

Mapa 1: Localização da Região Metropolitana de Maringá



No desenho atual da RMM a Universidade Estadual de Maringá apresenta com grande importância para a região, inclusive por seus vários *campi*, situados nos municípios de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Ivaiporã e Umuarama. Como os *campi* de extensão não estão localizados nem no âmbito territorial da RMM nem no da AMUSEP (Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense), foi necessário um recorte para o estudo. Optou-se realizar a pesquisa pela abordagem da RMM que poderia desenhar um panorama mais diversificado da política de cultura da região relacionando o Plano Nacional de Cultura – PNC e a Universidade Estadual de Maringá; além disto, o núcleo de Maringá do Observatório das Metrôpoles faz um acompanhamento desses municípios no sentido de pensar políticas metropolitanas de desenvolvimento. Neste contexto, resolvemos pesquisar os vinte e cinco municípios da RMM.

Mapa 2: Mapa dos Campi de Extensão da Universidade Estadual de Maringá



Fonte: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá. 2011

Através do levantamento de dados e de consulta ao *site* do Ministério da Cultura foram localizadas pesquisas realizadas pelo IBGE (2003, 2004 e 2005) publicadas no ano de 2006 nas quais pela primeira vez o objetivo foi criar indicadores culturais que pudessem ajudar na elaboração de políticas públicas para a área. Assim, o IBGE firmou convênio com o Ministério da Cultura de forma a possibilitar a delimitação da pesquisa, determinando conceitos e metodologia para uma área sobre a qual ainda não se tinha nenhum levantamento. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC⁷ gerou então um Suplemento Especial na área da cultura, pesquisando os itens relatados abaixo:

Os resultados ora selecionados estão agregados por faixas de tamanho populacional dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação, e abrangem informações sobre o órgão gestor da cultura nas municipalidades; condições de sua infraestrutura para o cumprimento da função; recursos humanos e orçamentários da Função Cultura da administração municipal; instrumentos de gestão utilizados; legislação específica sobre o tema; existência e funcionamento de Conselhos, Fundos e Fundações Municipais de Cultura; atividades artísticas e artesanais desenvolvidas, nas suas mais diversas manifestações, apoiadas ou não pelo poder local; e meios de comunicação e equipamentos culturais existentes nessas localidades.

Tais estatísticas, organizadas em textos analíticos sobre os temas abordados e em um conjunto de tabelas, gráficos e cartogramas, somam-se a outras iniciativas da Instituição com vistas à construção de um sistema de

⁷ MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais, levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade. Os dados estatísticos e cadastrais que ora compõem sua base de informações constituem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento do quadro institucional e administrativo das cidades brasileiras. Tais indicadores expressam, de forma clara e objetiva, não só a oferta e a qualidade dos serviços públicos locais como também a capacidade dos gestores municipais em atender às populações (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic>).

indicadores sobre a cultura no País e contribuem para o planejamento de políticas e estratégias orientadas para a melhoria da qualidade de vida da população, através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas (IBGE. 2006).

Como a análise desse suplemento especial foi feita por regiões e seus resultados foram apresentados por estados, não havia condições de precisar os dados por município. Além disso seria possível vislumbrar uma atualização dos números em relação ao ano da execução da pesquisa pelo IBGE. Por isso na metodologia de coleta de dados para esse estudo, em relação à Região Metropolitana de Maringá, decidimos utilizar como eixo algumas questões do questionário do IBGE, o que facilitou a comparação pelo menos entre os resultados do Estado do Paraná.

O questionário foi dividido em quatro eixos principais: 1 – Local da Cultura, dividido nos aspectos: organograma da prefeitura, infraestrutura física e equipamentos, categoria da equipe de recursos humanos e o respectivo nível de escolarização; 2 – Recursos Financeiros, subdividido nos aspectos orçamento, média de gastos com o setor e o percentual da cultura no orçamento da prefeitura; 3 – Legislação, em que se perguntou se o município tinha legislação própria para o setor cultural, quais os objetivos da pasta e o que o Sistema Nacional de Cultura exigia que se conhecesse sobre a legislação federal e estadual. ; e o 4) – Capacitação aos Municípios, que buscou saber quais os cursos oferecidos à população, as atividades culturais desenvolvidas, os grupos artísticos pertencentes à cidade, as características do artesanato local e a os equipamentos culturais e de meios de comunicação de que o município dispunha. Definido o questionário, o próximo passo foi levantar os responsáveis pela área da cultura nos vinte e cinco municípios da RMM, item em que encontramos dificuldade nos municípios de Ângulo, Bom Sucesso e Jandaia do Sul, nos quais não existe um representante legal na área.

A ordenação das visitas foi determinada pela localização geográfica, pois isto facilitaria aproveitar o preenchimento dos questionários. Seguindo esse critério, agendamos três municípios por dia de visita (4 horas/dia). Essa conduta foi definida em comum acordo com o setor de Garagem da UEM, criando um melhor aproveitamento de tempo e recursos financeiros em relação aos custos com combustíveis e hora/trabalho do motorista.

Após as primeiras definições dos procedimentos metodológicos as visitas foram agendadas por meio telefônico e sempre buscamos falar com a pessoa encarregada da gestão cultural no município. Muitas vezes foi necessária mais de uma ligação até chegar a essa pessoa. No município de Astorga, mesmo com agendamento efetuado previamente, não foi

possível falar com a pessoa responsável pela pasta, por isso o questionário foi respondido por um funcionário mais antigo e uma funcionária (secretária) do setor. Os municípios no entorno de Maringá foram escolhidos para serem visitados nas últimas datas devido ao seu maior contingente populacional e à sua proximidade geográfica, fatores que exigiriam um tempo maior para o preenchimento do questionário.

Ficou-nos bem claro o sentimento de distanciamento das ações que são desenvolvidas nas pequenas cidades em relação aos maiores municípios. Muitas vezes os gestores se sentem impotentes diante do isolamento a que são submetidos, da falta de recursos e de prioridade da cultura da administração municipal e do distanciamento dos órgãos estaduais e federais do campo da cultura. O que se percebe em linhas gerais é que a maior parte das pessoas que estão à frente da pasta da cultura nos municípios estiveram anteriormente vinculadas a alguma atividade artística. Somente em dois ou três casos essas pastas estão sob a responsabilidade de profissionais distantes da área.

No eixo “recursos financeiros” presente no questionário, o objetivo foi obter a média de gastos com a cultura no ano anterior (2010). Como mecanismo de orientação e/ou informação foi pesquisado junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, mais precisamente nos Cadernos Municipais - campo específico “gastos com a função cultura em 2009”, o montante declarado pelos gestores dos vinte e cinco municípios da RMM. O mais curioso é que essa informação acabou sendo fornecida pela pesquisadora à maioria das pessoas contatadas para o preenchimento dos questionários. Foi perceptível a falta de conhecimento nessa área por parte dos gestores culturais. Este fato reafirma a necessidade de políticas públicas que possam garantir não só o acesso e a fruição da cultura, mas também garantir recursos orçamentais para essa área que possibilitem ações, projetos e programas que garantam a manutenção e o desenvolvimento da área cultural como direito, como política de Estado, e não programa de governo.

O resultado da coleta de dados corresponde às informações fornecidas pelos entrevistados de cada município da Região Metropolitana de Maringá. Ressaltando que em algumas cidades não foi o responsável pelo setor quem atendeu o pesquisador, como já explicitado anteriormente, ficando a cargo dos municípios a veracidade de alguns dados.

Na tabela 1 estão apresentados os recursos gastos na área da cultura que eram do conhecimento dos entrevistados, os, quais, em alguns casos, não têm autonomia no planejamento financeiro, mas apenas na execução das ações desenvolvidas na cidade. Outra situação está relacionada com a posição da cultura no organograma. Quando ela está ligada a

outra secretaria aumenta o desconhecimento dos recursos financeiros para o setor e o orçamento acaba não sendo realizado de forma ampla e com a participação de profissionais com conhecimentos específicos na área.

Tabela 1: Média de gastos com a cultura em 2010⁸

Municípios	Orçamento Próprio		Média de gastos em R\$	Percentual do Orçamento Geral
	Sim	Não		
Ângulo		x	n/s	n/s
Astorga			n/s	n/s
Atalaia	x		84.011,15	1%
Bom Sucesso		x	n/s	n/s
Cambira		x	n/s	n/s
Doutor Camargo		x	15.000,00	n/s
Floraí		x	15.000,00	n/s
Floresta		x	n/s	n/s
Florida		x	n/i	n/i
Iguaraçu	x		100.000,00	0,7%
Itambé		x	70.000,00	n/s
Ivatuba		x	49.000,00	n/s
Jandaia do Sul	x		400.000,00	2%
Lobato		x	194.038,48	n/s
Mandaguaçu		x	150.000,00	n/i
Mandaguari	x		400.000,00	1%
Marialva		x	300.000,00	n/s
Maringá	x		5.350.000,00	0,81%
Munhoz de Mello		x	95.000,00	n/s
Ourizona		x	n/s	n/s
Paiçandu		x	59.000,00	n/s
Pres.Castelo Branco		x	60.000,00	n/s
Santa Fé		x	n/s	n/s
São Jorge do Ivaí		x	n/i	n/i
Sarandi		x	220.000,00	n/s

Legenda: n/s – não sabe n/i – não informou

Resultados da pesquisa

⁸ Lembramos que os dados fornecidos nessa tabela respeitam a informação dada pelos gestores que responderam o questionário. Poderíamos ter dados mais exatos se consultássemos os documentos oficiais do Estado do Paraná, mas preferimos manter os dados fornecidos durante o preenchimento do instrumento de coleta de dados.

Os resultados da pesquisa indicam que 4% dos municípios ainda não possuem uma estrutura específica para os assuntos da cultura e que em 72% deles a cultura é subordinada a outra secretaria. Apenas 24% possuem secretaria exclusiva. Esses resultados apontam o pouco dinamismo dos setores culturais da RMM. A pesquisa do IBGE “Sistemas de Informações e Indicadores Sociais (2003)”, apresenta na tabela 28 – Despesa total com cultura do Governo Estadual, segundo as grandes regiões e as Unidades da Federação, mostra que em 2003 o Paraná empregou aproximadamente trinta e três milhões de reais que corresponde a 4,4% do total gasto pelas unidades da Federação, o que reafirma a falta de prioridade para o setor, mesmo no século XXI.

Dos vinte e cinco municípios pesquisados apenas um possui setor específico para a Cultura, nos demais a Cultura está ligada a outras secretarias. Na maioria dos municípios o setor da cultura está ligado com o da educação. É importante destacar que do universo dos vinte e cinco municípios três não possuem um órgão que trate das questões da cultura.

No tocante à infraestrutura dos vinte e cinco municípios pesquisados, um município possui sala com um telefone, e catorze possuem sala com telefone e computadores, e destes, nove têm sala com um computador, um com dois computadores, dois com quatro computadores, um com catorze computadores e um com quinze computadores. Dos cinco municípios que possuem sala sem telefone e computadores, quatro não possuem computadores e um possui apenas um computador. Os outros cinco municípios, classificados como “outro”, não têm estrutura física específica, utilizando salas emprestadas, tendo muitas vezes somente uma mesa.

Há uma falta de infraestrutura físico-administrativa para o setor cultural nos municípios da RMM. Os dois municípios que relatam ter catorze ou quinze computadores contaram com os equipamentos do Telecentro de suas cidades que estão diretamente ligados com o setor da cultural local.

Dos quinze municípios cujos orçamentos reservam recursos para a pasta da cultura, o município de Doutor Camargo é o que prevê os menores recursos financeiros: de R\$ 10.001 a R\$ 25.000. Com relação ao percentual do orçamento total do município destinado ao setor cultural, Iguaraçu reserva 0.07% do orçamento, Maringá 0.81%. Atalaia e Mandaguari 1% e Jandaia do Sul destina ao setor 2% do orçamento.

Vale registrar que os 2% destinados por Jandaia do Sul ao setor cultural não constituem uma prática habitual, mas se devem às obras do Centro de Eventos que se encontra

em construção com recursos do Ministério do Turismo, que exige uma contrapartida do município.

Quanto à legislação, 60% dos municípios não possuem legislação própria para a área de cultura. Foi perceptível na coleta dos dados a ignorância dos gestores culturais em perceber a importância de instrumentalizar a pasta da cultura com leis que garantam não só a questão de recursos para o setor, mas também a criação de canais que interliguem a cultura local com o Estado e a União.

No tocante à legislação exigida pelo SNC (Sistema Nacional de Cultura), apenas três municípios conhecem o sistema e aderiram a ele. Ao consultar o blogs.cultura.gov.br essa informação não se confirma: na RMM somente a cidade de Maringá aderiu ao SNC, o que deixa clara a falta de informação dos gestores municipais no campo da legislação cultural. Na Região Sul cento e dezessete municípios aderiram ao SNC, dos quais trinta e um são do Paraná conforme o documento “Acordo de Cooperação Federativa – Resumo Geral em 08/08/2011”, disponibilizado no blogs.cultura.gov.br.

Catorze municípios conhecem apenas o PNC (Plano Nacional de Cultura) superficialmente. Os entrevistados chegaram mesmo a comentar que participaram de alguns encontros organizados pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, mas que nessas reuniões houve pouco detalhamento, dificultando assim um entendimento mais profundo das reais vantagens e possíveis desvantagens do SNC. Pela falta de proximidade com o tema, consideraram o sistema muito burocrático, com exigência de muitos documentos. Dos dez municípios que têm conselho municipal de cultura poucos são os que mantêm o conselho atuante. O município de Maringá tem o Conselho de Cultura e o Fundo de Cultura, mas esses órgãos ainda estão muito longe de obter uma participação ativa da comunidade artística e da comunidade em geral. No item referente ao Consórcio Cultural evidencia-se uma compreensão equivocada das atividades desenvolvidas pelos secretários municipais de cultura no âmbito da AMUSEP: dois dos municípios que a integram afirmam participar de um consórcio, mas isto não é real, pois a AMUSEP não tem consolidado um consórcio cultural.

A pesquisa demonstrou que a política de cultura para os municípios ainda é um tema desconhecido e distante enquanto direito.

Vivemos um aprofundamento de nossa democracia e assim se faz necessária a atuação de diversos atores para que uma política pública de cultura possa promover o desenvolvimento, a inclusão social no tocante à produção científica, tecnológica e cidadã do povo brasileiro, bem como criar um espaço no qual o Estado e a sociedade vislumbrem na

cultura uma fonte de desenvolvimento social do país e não um mero acessório estético na relação com outras políticas públicas.

O estudo em questão denota que no campo da cultura ainda perdura um distanciamento das políticas públicas e que a formulação e a implementação das ações previstas no Plano Nacional de Cultura deverão enfrentar uma longa jornada enquanto processo de apropriação pela comunidade local e regional. Tanto que os 25 municípios da RMM já ouviram falar do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura, mas ainda são muito poucos que utilizam dessa política com uma ação de Estado.

REFERÊNCIAS

AMUSEP. Associação dos Municípios Setentrião do Paraná. Mapa. Disponível em: <<http://www.amusep.com.br>> . Acesso em 5 jun. 2010.

ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente. 2001. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA/PRONEX.

BORBA, Eurico de Andrade Neves. Universidade e o Pensamento Livre. In: ALMEIDA, Candido José Mesdes de et al. (Org.). **Cultura brasileira ao vivo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001. p. 193-201.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano Nacional da Cultura. **Caderno de Diretrizes Gerais**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnc>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

BRASIL.Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao> . Acesso em 12 jan. 2010.

CARVALHO, Cristina Amélia; SILVA, Rosimeri Carvalho da; GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 666-686, dez. 2009. Disponível no site: <<http://www.ebape.fgv.br/cadernosebape>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

COSTA, Leonardo; MELLO, Ugo; JULIANO, Viviane Fontes. Avaliação da área de formação em organização da cultura: apenas ações ou uma política estruturada? In: RUBIM, Antonio Albino C. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EdUFBA, 2010. p. 67-85.

DINIZ, Clélio C. 1993. **Desenvolvimento poligonal no Brasil**: nem desconcentração, nem contínua polarização. Nova Economia, Belo Horizonte, v.3, n. 1, p. 35-64, set.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003**. Rio de Janeiro, 2006. 1 CD ROM. Estudos e Pesquisa: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 18.

IBGE. **Base Cartográfica**. Observatório das Metrópoles – Maringá. Elaborado por Wesley Ferreira de Souza. Maringá, out. 2011.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – **Cadernos Municipais**, 2009. Disponível no site:< <http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 6 nov. 2010

KONIN, Thaís. e MOURA, Rosa. 2002. **Metropolização e governança urbana**: relações trans-escalares em oposição a práticas municipalistas. XXVI. Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu. GT. Cidade, metropolização urbana e governança.

LUZ, France. 1997. **O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira**: Maringá: Edição da Prefeitura do Município de Maringá.

MARTINS, José de Souza . 1990. **O Cativoiro da Terra**. São Paulo: Hucitec.

MOTA, Lúcio Tadeu .1994. **As Guerras dos Índios Kaingang**: a História Épica dos Índios Kaingang (1769 a 1924). Maringá: Editora da UEM.

MOTA, Lúcio Tadeu e NOELI, Francisco. 1999. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: Dias, R.B e Gonçalves, J.H.R. (orgs). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Editora da UEM.

MOTA, Adeir Archanjo da. O que é a Região Metropolitana de Maringá: os múltiplos recortes espaciais e institucionais relacionados à cidade de Maringá. In: RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. (Org.). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**. Maringá: EdUEM, 2010. p.41-65

RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. (Org.). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**. Maringá: EdUEM, 2010.

TOMAZI, Nelson Dacio. 1995. **Tempo, História e Cronologia**. História e Ensino.

Londrina: Editora da UEL. N 01.